

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura n.º 16/2024, em que é recorrente o **Partido Africano da Independência de Cabo Verde** e entidade recorrida o **Tribunal Judicial da Comarca da Boa Vista**

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 92/2024

(Recurso Contencioso Eleitoral N. 16/2024, (PAICV v. Tribunal de Justiça da Comarca da Boa Vista, sobre inelegibilidade por existência de dívidas em mora com o Município).

I. Relatório

1. Elisabete Monteiro Pires Domingos, mandatária da Lista de Candidatura proposta pelo PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde) para o círculo eleitoral da Boa Vista, para as eleições autárquicas de 1 de dezembro de 2024, não se conformando com a decisão do Meritíssimo Juiz do Tribunal Judicial da Comarca Boa Vista que admitiu definitivamente a lista de candidatos apresentados pelo MPD (Movimento para a Democracia) às referidas eleições, vem dela interpor recurso para o Tribunal Constitucional, ao abrigo do disposto nos artigos 353 e seguintes do Código Eleitoral, apresentando as alegações que abaixo se sumariza da seguinte forma:

1.1. Ao tomar conhecimento das listas do MPD para as eleições de 1 de dezembro pelo Círculo Eleitoral da Boa Vista, no dia 30 de outubro de 2024, através de informações recolhidas junto aos serviços da Câmara sobre os candidatos admitidos nessas listas, constatou que alguns deles tinham dívidas por saldar junto ao Município da Boa Vista;

1.2. Assim sendo, tendo em conta que o artigo 420 do Código Eleitoral, na sua alínea a), estabelece que são inelegíveis para os órgãos municipais os devedores em mora com o município e os respetivos garantes, decidiu impugnar as candidaturas dos candidatos abaixo referidos, porque, a seu ver, estariam impedidos de concorrer aos

órgãos do Município da Boa Vista, por serem devedores em mora para com este Município:

- Cândida Luísa Barbosa Gomes, candidata n.º 4 na lista de efetivos para a Câmara Municipal que teria uma dívida de IUP no valor de 28.333\$00 (vinte e oito mil, trezentos e trinta e três escudos), referente aos anos de 2021 a 2023;

- Djamilton Lima Mendes Ramos, candidato n.º 5 na lista de efetivos para a Câmara Municipal, que teria uma dívida de IUP no valor de 219.675\$00 (duzentos e dezanove mil, seiscentos e setenta e cinco mil escudos), referente aos anos de 2016 a 2023;

- José António Oliveira Rocha dos Santos, candidato n.º 1 na lista de Suplentes para a Câmara Municipal, que teria uma dívida no valor de 76.586\$00 (setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e seis escudos), referente aos anos de 2018 a 2023;

- Vitalina Eugénia Sousa do Rosário, candidata n.º 7 na lista de suplentes para a Câmara Municipal, que teria uma dívida de IUP no valor de 73.945\$00 (setenta e três mil, novecentos e quarenta e cinco escudos), referente aos anos de 2018 a 2023;

- Domingas Maria Nascimento Varela, candidata n.º 6 na lista de efetivos para a Assembleia Municipal, que teria uma dívida de IUP no valor de 37.637\$00 (trinta e sete mil, seiscentos e trinta e sete escudos), referente aos anos de 2020 a 2023, à qual acresce uma dívida de renda do espaço comercial no Polivalente Djidjung, no valor de 120.000\$00 (cento e vinte mil escudos), referente aos meses de março a outubro de 2024. O que totaliza um valor de 157.637\$00 (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e trinta e sete mil escudos); e,

- Aline Brito da Costa, candidata n.º 11 na lista de efetivos para a Assembleia Municipal, que teria uma dívida de IUP no valor de 32.538\$00 (trinta e dois mil, quinhentos e trinta e oito escudos), referente aos anos de 2018 a 2023.

1.3. Juntou para efeito de prova, sete documentos aparentemente passados pela Câmara Municipal da Boa Vista, denominados de “Extrato de Dívida”.

1.4. Por sua vez, notificado no dia 31 de outubro, pelas 17:30, pelo Tribunal da Comarca da Boa Vista, para responder, querendo, no prazo de 24 horas, o mandatário da Lista do MPD viria a dar entrada no dia 1 de outubro, na secretaria daquele tribunal, pelas 16:13, a uma peça de resposta onde alegou o que abaixo se resume da seguinte forma:

1.4.1. O referido recurso foi interposto no Tribunal de Comarca da Boa Vista que teria admitido a lista do MPD;

1.4.2. Tendo em conta o disposto no artigo 353 do Código Eleitoral o referido recurso deveria ter sido interposto junto ao Tribunal Constitucional, pelo que deve o Tribunal da Comarca da Boa Vista ser considerado incompetente para decidir o recurso, o que requer desde já.

1.4.3. *Ad Cautelam*, diz ainda que, por a lei não exigir a nenhuma candidatura a obrigatoriedade de no processo de apresentação de candidatura ser apresentada uma declaração negativa de dívidas para com o município, e porque, após ter tido conhecimento dos factos apontados pela recorrente, a sua candidatura supriu a referida irregularidade, efetuando de imediato o pagamento de todas as dívidas dos referidos candidatos para o Município da Boa Vista, conforme declarações negativas de dívida que anexou à sua resposta, sendo o objeto do presente recurso o pagamento das referidas dívidas, não faria sentido prosseguir com o mesmo. Como base legal para o alegado, aponta o artigo 260, alínea e) do C[P]C, que estipula que a instância extingue-se com a impossibilidade ou inutilidade da lide;

1.4.4. Acrescenta ainda argumentos sobre o que entende ser uma clara intenção da recorrente em prejudicar a candidatura do MPD e transcreve o assentado por este Tribunal sobre a matéria em discussão, no *Acórdão 14/2016, de 7 de agosto*;

1.4.5. Conclui a sua peça de resposta com o seguinte pedido:

a) seja considerada procedente a exceção de incompetência do Tribunal;

b) caso assim não se entenda, seja considerada procedente a exceção de inutilidade superveniente da lide;

c) na hipótese de o tribunal considerar que o recurso deve ser remetido para o tribunal competente, não obstante no requerimento do recurso tenha sido exclusivamente para o Tribunal da Comarca da Boa Vista, que o mesmo seja considerado improcedente nos precisos termos.

1.4.6. Diz ter juntado seis documentos e duplicados legais.

2. Marcada sessão de julgamento pelo JCP, a mesma realizou-se no dia 3 de novembro de 2024, ficando na sequência, o JCR incumbido de apresentar um projeto de Acórdão na linha do que ficou decidido à luz da fundamentação consensualizada, o que fez nos termos expostos abaixo.

II. Fundamentação

1. Com a interposição deste recurso a recorrente pretende:

1.1. Que se desqualifique por inelegibilidade candidatos que integram as listas da candidatura do MPD aos órgãos da Câmara Municipal da Boa Vista, por alegadamente terem dívidas em mora com o Município;

1.2. Na sua leitura, na medida em que os candidatos do MPD mantêm débitos para com o Município e decorrido o prazo de pagamento ainda não o fizeram, estariam recobertas pela cláusula de inelegibilidade da alínea a) do artigo 420 do Código Eleitoral.

1.3. Antes de proceder à análise dos pressupostos de apreciação do mérito, importa, previamente, responder às questões colocadas pelo Mandatário do MPD na sua peça de resposta, designadamente:

1.4. Sobre a existência de incompetência do Tribunal da Comarca da Boa Vista para conhecer do recurso, o que, ao seu ver, configuraria uma exceção dilatória nos termos do número 2 do artigo 452 do Código de Processo Civil, obstando a que o tribunal conheça do mérito da causa, dando lugar à absolvição da instância.

1.4.1. Em relação a esta questão, desde logo se deve alertar que a própria norma constante do número 2 do artigo 452 do CPC, aplicável *ex vi* do artigo 50 da Lei do

Tribunal Constitucional a este caso concreto, além de cominar com a absolvição da instância a exceção de incompetência (artigo 453, parágrafo primeiro, alínea g) do CPC) permite, em alternativa, a remessa do processo para o tribunal competente, que, neste caso, seria o Tribunal Constitucional (artigo 353 do CE), tribunal para onde efetivamente foi remetido o recurso;

1.4.2. Portanto, não faz sentido este pedido do mandatário das listas do MPD.

1.5. A segunda questão teria a ver com uma pretensa exceção de inutilidade superveniente da lide. Em termos gerais, a inutilidade superveniente da lide ocorre quando na pendência da instância, a resolução do litígio deixe de interessar seja em razão de terem desaparecido o(s) sujeito(s) ou objeto do processo, seja por o autor lograr a satisfação fora do âmbito da instância.

1.5.1. Efetivamente, tal como o alegado pelo recorrido, de acordo com o que dispõe o artigo 260, alínea e), a instância extingue-se com a impossibilidade ou inutilidade superveniente da lide;

1.5.2. Porém, não se pode acolher este entendimento, o qual só seria sustentável se, de facto, o objeto da lide fosse a questão fiscal em si, o autor fosse o Município e o devedor o contribuinte. Mas, não é esta a questão de fundo, na medida em que esta permaneceria, mesmo considerando os elementos específicos que marcam a presente situação, a de se saber se quem tinha dívida em mora com o município no momento em que concorre a eleições para a escolha de titulares de órgãos dessa autarquia é elegível ou não;

1.5.3. O que se podia considerar é que se trata de pretensão manifestamente inviável, posto já ter a jurisdição constitucional se posicionado vezes sem conta sobre esta questão, e que, no limite, denota algum abuso de direito, sobretudo por ser lançado contra a jurisprudência deste Corte e invariavelmente por quem tenha o controlo do órgão executivo do município em questão. Contudo, se seria razoável concluir-se pela inviabilidade da pretensão da recorrente, o que se retomará adiante, disso não se pode depreender que se esteja perante situação de inutilidade superveniente da lide no sentido estrito da palavra,

2. Enfrentadas as questões prévias, sem que estas deixassem prejudicadas as de fundo, antes de se conhecer do mérito deste recurso é determinante que se avalie se as condições de apreciação do recurso se encontram preenchidas, o que pressupõe que se verifique se o recorrente tem legitimidade, se o Tribunal é competente e se foi oportunamente interposto. Por maioria de razão, releva fazer este juízo porque os recursos de impugnação de decisões relativas a aceitação de candidaturas, não se sujeitam a juízo de admissibilidade do órgão recorrido, que se limita a recebê-las, a mandar notificar imediatamente os interessados e contrainteressados para reagir em querendo e a ordenar a sua subida a esta Corte.

2.1. Quanto à legitimidade, problemas não se colocam porque, na medida em que é mandatária das listas apresentadas por um partido político concorrente, e dispondo o artigo 354 que “têm legitimidade para interpor recurso os candidatos, os mandatários das listas e os partidos políticos ou coligações concorrentes à eleição no círculo eleitoral”, a Sra. Elisabete Monteiro Pires Domingos pode aceder a juízo para impugnar admissão de candidatos listados por candidatura adversária.

2.2. Sendo o Tribunal Constitucional competente para apreciar e decidir esse tipo de recurso de decisão relativa a apresentação de candidatura, haja em vista o que reza o artigo 353 do Código Eleitoral segundo o qual “das decisões finais do Tribunal de Comarca relativas à apresentação de candidaturas cabe recurso para o Tribunal Constitucional (...)”, não haverá dúvidas de que, em relação ao objeto da impugnação da recorrente, o pressuposto se encontra preenchido.

2.3. Por sua vez, em relação à tempestividade é de se notar que, na medida em que o despacho de admissão das listas apresentadas pelo MPD foi notificado à recorrente no dia 30 de outubro de 2024, e o recurso deu entrada, como é de lei, no tribunal de comarca no dia 31 de outubro, foi recebida em tempo de ser apreciado. Por conseguinte, é de se admitir o recurso.

3. Em relação ao quadro probatório,

3.1. Note-se que recorrente apresentou seis documentos intitulados “Extrato de Dívida”, portando as armas da República e o nome da Câmara Municipal da Boa Vista,

sem carimbo e sem qualquer assinatura; por sua vez, o mandatário do MPD em resposta ao pedido de impugnação dos candidatos que constam das listas do seu partido por inelegibilidade, apresentou uma peça de resposta, que deu entrada no Tribunal de Comarca no dia 31 de outubro, com as alegações atrás descritas, às quais juntou declarações negativas de dívida, passadas pela Câmara Municipal da Boa Vista, em nome dos candidatos visados pela mandatária do PAICV, devidamente carimbados e assinados pelo funcionário da Câmara;

3.2. Dos elementos autuados, considerando que as dívidas foram reconhecidas, dá-se por provado que elas existiram, mas que também foram integralmente liquidadas pelos cidadãos cujas candidaturas foram impugnadas;

3.3. Portanto, não se dá por provado que os Candidatos acima indicados tenham, neste momento, dívidas fiscais com a Câmara Municipal de Boa Vista muito menos que estejam em mora com a referida edilidade.

4. A base da abordagem a esse tipo de processo *pode ser encontrada no Acórdão 14/2016, de 7 de agosto de 2016, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca dos Mosteiros, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 50, de 16 de setembro de 2016, pp. 1723-1733, segundo o qual*: “Esta é uma matéria de forte pendor constitucional se considerarmos que, na prática, o estabelecimento de critérios de elegibilidade ou, num prisma negativo, de inelegibilidade, confrontam em especial o direito de participação política dos candidatos e certas posições fundamentais de entidades como os partidos políticos e até direitos de proponentes de candidaturas, assumindo, pelo seu impacto inevitável sobre a extensão desses direitos, a natureza de restrição. Portanto, impedir que alguém se candidate por esses motivos configura afetação de posição jurídica fundamental. Não é por outra razão que o tratamento de qualquer restrição à capacidade de uma pessoa concorrer a cargo público é matéria delicada que exige sempre uma interpretação da legislação à luz do espírito da Constituição, valendo somente as que forem explícitas e determinando-se que a sua interpretação seja a mais estrita possível. Como lembra o autor de uma importante análise ao Código Eleitoral cabo-verdiano, Mário Silva, (2. ed., p. 43). “convém ter presente, pelo menos, duas regras fundamentais de interpretação que a doutrina avança: a primeira, traduz-se no princípio segundo o qual não há inelegibilidade sem uma norma expressa que a preveja, não podendo ser presumida

em caso algum; a segunda, decorre do facto de, mesmo exigindo norma expressa que a preveja, essa norma deve ser objeto de interpretação restritiva, afastando-se a analogia e a interpretação extensiva. Estas regras ancoram-se no reconhecimento de que as inelegibilidades constituem limitações ao exercício do direito fundamental de aceder aos cargos públicos de natureza eletiva, donde a necessidade de algum comedimento na sua consagração e aplicação”. 2.1. Há, de facto, situações em que a Constituição consagra injunções de inelegibilidade e nestes casos não resta alternativa ao legislador que as concretiza, configurando a sua interpretação pelos aplicadores das normas, nomeadamente os tribunais, mais estritas. É o caso da norma que considera inelegíveis os candidatos a deputados à Assembleia Nacional ou para titular de órgão municipal que figuram em mais do que uma lista, nos termos do artigo 106 (3) (“Ninguém pode ser candidato por mais de um círculo eleitoral ou figurar em mais de uma lista, sob pena de inelegibilidade”) ou do candidato a Presidente da República que, por delimitação negativa, não seja cabo-verdiano de origem, possua outra nacionalidade, tenha menos de trinta e cinco anos à data da candidatura e, que, nos três anos imediatamente anteriores à mesma data não tenha tido residência permanente no território nacional. Isto porque, explicitamente, o artigo 110 da Lei Magna da República estabelece que “Só pode ser eleito Presidente da República o cidadão eleitor cabo-verdiano de origem, que não possua outra nacionalidade, maior de trinta e cinco anos à data da candidatura e que, nos três anos imediatamente anteriores àquela data tenha tido residência permanente no território nacional”. 2.2. Todavia, há outras em que a Lei Fundamental se limita a estabelecer uma permissão de criação de inelegibilidades eleitorais, gravitando em torno dos efeitos que sobre ela exerce o artigo 56, que consagra, precisamente, o direito de participação política. Foi redigido da seguinte forma: “1. Todos os cidadãos têm o direito de aceder, em condições de igualdade e liberdade, às funções públicas e aos cargos electivos, nos termos estabelecidos por lei. (...). 3. A lei garante a isenção e a independência do exercício dos cargos públicos só podendo, no acesso aos cargos electivos, estabelecer as inelegibilidades necessárias para garantir a liberdade de escolha dos eleitores e a isenção e independência do seu exercício”. Não será, seguramente, prosaico relembrar que este direito subjetivo encontra a sua base num dos pilares essenciais da nossa República, a soberania do povo, e no princípio democrático. Logo, é imperioso considerar a sua importância simbólica e prático-normativa. Decorre desses elementos que o direito de participação política nas suas dimensões ativa ou passiva, encontra-se entre os que dão sentido e estão ontologicamente ligados, por naturais, ao modelo de Estado que a

Comunidade Política Nacional escolheu para si própria. Assim sendo, o número 3, só pode ser tido como descrevendo possibilidades excepcionais. Aliás, esta mesma orientação decorre do artigo referente à elegibilidade de candidatos a deputados da nação, o qual dispõe que “São elegíveis os cidadãos cabo-verdianos eleitores ressalvadas as inelegibilidades previstas na lei” (art. 117), destacando-se o padrão da elegibilidade e a exceção da inelegibilidade. Como o Supremo Tribunal de Justiça enquanto Tribunal Constitucional já tinha decidido esta norma não deixa de projetar efeitos generalizados sobre qualquer forma de eleição, nomeadamente as referentes aos titulares de órgãos do poder local (Acórdão nº 4/2008, de 17 de abril de 2008, MpD c. Tribunal da Comarca de Santa Cruz, Rel: Manuel Alfredo Semedo, p. 6, lembrando que “a Lei Magna, no seu artigo 116 [renumerado], relativo às eleições parlamentares, não deixa de consagrar um princípio geral de direito eleitoral político que, quanto a nós, há de servir de paradigma para todas as eleições, autárquicas inclusive”).

2.3. Atendendo que causas de inelegibilidade configuram, objetivamente, uma afetação a esse direito fundamental de importância central, que, tendo a natureza de restrição a direitos só podem ser efetivadas, como regra, quando presentes as condições que as permitem, concretamente as previstas pelo número 5 do artigo 17 da Constituição, que estabelecem os seus requisitos. Portanto, somente nos casos em que haja autorização constitucional e em que o legislador esteja a perseguir finalidade legítima, é que isso é possível. Não é nenhuma constatação nova da jurisdição eleitoral cabo-verdiana, antes decorrendo também do pronunciamento do Supremo Tribunal de Justiça, nas vestes de Tribunal Constitucional, considerando que “enquanto exceção à regra, segundo a qual todos os cidadãos maiores de dezoito anos são elegíveis, é por demais sintomático que as inelegibilidades assacadas a um cidadão cabo-verdiano com 18 anos ou mais acarretam, sem margem para quaisquer dúvidas, uma clara restrição ao direito político/subjetivo e, nessa medida, direito fundamental (...). Quer isto dizer muito singelamente que, para ter validade à luz da Constituição, o estabelecimento de restrições nesse âmbito deverá ser precedido de uma cuidada indagação sobre se, por um lado, elas estão autorizadas constitucionalmente, se não diminuem a extensão e o conteúdo essencial de direitos fundamentais, constitucionalmente consagrados, e, de outro, se são mesmo necessárias à salvaguarda de outros direitos constitucionalmente protegidos” (Acórdão nº 4/2008, de 17 de abril de 2008, pp. 6-7). Todavia, neste caso, o legislador constituinte não se contentou em condicionar a restrição do direito a invocação de interesse público constitucionalmente legítimo geral, mas fixou claramente os dois únicos, portanto especiais, que podem efetivamente justificar o estabelecimento de

inelegibilidades eleitorais. Isto, no firme propósito de permitir a mais ampla participação política ativa e passiva em atos privilegiados de exercício da cidadania que são as eleições, e para garantir que, tirando situações muito bem justificadas, nomeadamente ligadas ao princípio republicano, o juiz final da adequação de um cidadão para ocupar cargo público eletivo deverá ser o detentor coletivo do poder político originário, o povo. Por conseguinte, a finalidade da norma restritiva criadora de base de inelegibilidade deve obrigatoriamente ancorar-se numa de duas finalidades legítimas: ou “garantir a liberdade de escolha dos eleitores” ou “a isenção e independência do seu exercício”. A primeira visa, naturalmente, preservar a autenticidade do ato eleitoral, para que, em última instância, seja refletida da forma o mais límpida possível a escolha livre e informada do eleitor, por um lado, e, para evitar que entidades que exerçam determinadas funções com conexão ao processo eleitoral no sentido amplo, possam delas se beneficiar, por outro. A propósito, foi o que mencionou entidade que promoveu a adoção do Código Eleitoral em 1999 ao sustentar que “todas essas inelegibilidades gerais tinham a ver com a isenção da administração perante todo o processo eleitoral e tendo em conta que em todos os casos têm interferências com processos eleitorais. Outrossim, para que os actos eleitorais sejam completamente transparentes, isentos dentro do principio do tratamento igualitário perante todas as candidaturas, é que se propõe essas inel[egi]bilidades gerais contidas no Código. Não sei se o Sr. Deputado está interessado em que eu explique cada um dos casos. O principio geral é esse, em cada caso, em cada matéria, em sede de cada estatuto poderá interferir com processos eleitorais nas suas diferentes fases e, substancialmente, em isenções relativamente ao tratamento igualitário, em campanhas eleitorais, por exemplo, na matéria judicial com tratamento dos casos judiciais, dos contenciosos, do favorecimento ou não de uma ou outra candidatura, em desfavor de outra e, com isso, se pretende o princípio da igualdade de tratamento de todos os candidatos que se apresentem as eleições” (Actas da Reunião Plenária de 12 de janeiro de 1999, V Legislatura, 7ª Sessão Legislativa, 1998-1999, Praia, Assembleia Nacional, 1999, p. 50). Neste sentido, esse interesse público, opera, sobretudo, no próprio período eleitoral. Por seu turno, a segunda almeja preservar interesse público em momento pós-eleitoral, tentando acautelar situações que envolvam interesses públicos relevantes, condicionando, deste modo, a elegibilidade do cidadão para evitar que, uma vez eleito, venha a utilizar-se da sua posição para conduta contrária aos interesses da coletividade. Seja como for, qualquer restrição dessa natureza especial, deverá ter na sua base objetivo que, em última instância, reconduz a essas finalidades. 2.4. Foi em razão disso que o Supremo Tribunal de Justiça,

enquanto Tribunal Constitucional, adotou uma abordagem individualizada e teleológica para escrutinar eventuais casos de inelegibilidade, sempre perguntado pelas finalidades que se propõem individualmente realizar, avaliando-as à luz do artigo 56 (3), com o fito de garantir que impedimentos à participação de candidato somente decorreriam de situações constitucionalmente legitimadas e claras. Este tipo de escrutínio estabelecido e consolidado por jurisprudência do órgão que antes assumia as funções deste Tribunal deve ser mantido, antes de tudo, porque a estabilidade da jurisprudência é valor importante, particularmente nesta matéria, haja em vista que promove a segurança jurídica, permitindo a organização das entidades concorrentes para pleitos eleitorais em conformidade, e presta o devido tributo à confiança que se deve ter na aplicação da lei eleitoral. E também porque o Tribunal Constitucional deve ser consequente no sentido de deferir em relação às orientações já estabilizadas do Supremo Tribunal de Justiça em matéria eleitoral, limitando-se a alterá-las em situações em que isso se justifique verdadeiramente, mas, sobretudo, porque essa abordagem parece-nos correta no tratamento desta questão concreta das inelegibilidades. Portanto, não será por serem vinculativas no nosso sistema, mas, concretamente, por se estribarem em razões e sentidos suficientemente persuasivos para serem mantidos. Mesmo ao nível da densidade de controlo de inelegibilidade de candidato, a Constituição consagra uma norma que estabelece que “Implica, ainda, a perda de mandato qualquer inelegibilidade existente à data das eleições e conhecida posteriormente” (171 (2)), o que significa, conjugando com os outros dispositivos e com o sentido normal de priorização das liberdades e da democracia, que o controlo preventivo, feito[...] pelos tribunais de comarca e pelo Tribunal Constitucional, no caso das eleições legislativas e autárquicas, e pela última no concernente às eleições presidenciais, é importante, mas não é o único. Até porque, atendendo ao reduzido período de tempo para análise dos processos de candidatura por essas entidades judiciais, embora de forma distinta, consoante o peso concreto de cada base de inelegibilidade, há uma clara propensão legislativa para favorecer a participação política, o que tem os seus efeitos, tanto ao nível da análise do alcance de cada uma dessas bases, como também ao nível do tratamento do regime de provas”.

5. Em particular sobre os elementos jurídicos constitutivos desta causa de inelegibilidade o Tribunal Constitucional pode remeter para a jurisprudência que foi construindo em 2016 (*Acórdão 14/2016, de 7 de agosto de 2016, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca dos Mosteiros*, Rel: JC Pina Delgado; *Acórdão 16/2016, de 7 de*

agosto, Rel: JC Pina Delgado, *Pedro Fernandes Pires e Adílson Emídio Spínola Monteiro (integrantes da lista GPAIS) v. Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 50, de 16 de setembro de 2016, pp. 1739-1743; *Acórdão 17/2016, de 7 de agosto, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 50, de 16 de setembro de 2016, pp. 1743-1750; *Acórdão 36/2020, de 26 de setembro, Autos de Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura nas eleições municipais de 25 de outubro de 2020, em que é recorrente Miguel João Duarte (Mandatário das Listas Apresentadas pelo MPD) e recorrido o 2º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de S. Vicente*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 142, 31 de dezembro de 2020, pp. 10-12; *Acórdão 38/2020, Miguel João Duarte (Mandatários das Listas do MPD às Eleições Municipais de 2020) v. 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, sobre inelegibilidade por existência de dívidas em mora*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 142, 31 de dezembro de 2020, pp. 22-27; *Acórdão 42/2020, de 7 de outubro de 2020, Braz da Cruz Gabriel (Mandatário das Listas do MPD às Eleições Municipais de 2020 em São Lourenço dos Órgãos) v. Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, sobre inelegibilidade de candidato por não reposição aos cofres municipais de quantia determinada por Acórdão condenatório do Tribunal de Contas*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 142, 31 de dezembro de 2020, pp. 37-50)), a partir do *acquis* recebido do Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, que, depois de uma primeira desqualificação com base nessa causa (*Acórdão 3/2000, de 24 de janeiro*, Rel: JC Jaime Miranda, não publicado, p. 5), passou a adotar uma posição extremamente cautelosa e tributária da proteção do direito constitucional de participação política em causa (assim, a partir do *Acórdão 4/2004, de 19 de fevereiro*, Rel: JC Fátima Coronel, não-publicado, pp. 3-4, o *Acórdão 5/2004, de 20 de fevereiro*, Rel: JC Benfeito Ramos, não-publicado, p. 1; o *Acórdão 6/2004, de 20 de fevereiro*, Rel: JC João da Cruz Gonçalves, não-publicado, pp. 2-4; *Acórdão 8/2004, de 20 de fevereiro*, Rel: JC Raul Varela, não-publicado, p. 1; *Acórdão 9/2004, de 23 de fevereiro*, Rel: JC João da Cruz Gonçalves, não-publicado, p. 4; *Acórdão 12/2008, de 17 de abril*, Rel: JC Raúl Varela, não-publicado, p. 6; *Acórdão 5/2012, de 4 de junho*, Rel: JC Raúl Varela, não-publicado, pp. 3-4; *Acórdão 6/2012, de 4 de junho*, Rel: JC Manuel Alfredo Semedo, não-publicado, pp. 2-3).

5.1. Neste sentido, nesta mesma decisão citada – *Acórdão 14/2016, de 7 de agosto de 2016, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca dos Mosteiros*, Rel: JC Pina Delgado – pronunciou-se o Tribunal no sentido de que “6.1.1. O artigo 420 do Código Eleitoral prevê efetivamente que os devedores em mora com o município e respetivos garantes são inelegíveis para os órgãos municipais. Fixa dois pressupostos cumulativos, a saber: a) débito com o Município; b) mora com o município. Portanto, esta causa de inelegibilidade aplica-se a cidadão que, devendo prestação atual ou passada ao Município, ainda a não realizou, por um lado, e também, conforme a legislação civil, àqueles que são garantes dos primeiros, desde que, também cumulativamente, estes estejam em mora. A justificação primária desta proibição, que, curiosamente, só é imposta ao candidato a cargo eletivo municipal, executivo ou deliberativo, só pode ser a de evitar que, sendo eleito, o candidato possa agir no sentido de não proceder ao cumprimento dessa obrigação. Todavia, isto é, no mínimo, discutível, tendo em atenção que a lei e o controlo financeiro a que estão sujeitos não o permitiria de forma abrangente, ainda que subsistam situações em que isso pode acontecer na prática, pelo menos no que tange a valores mais elevados. A segunda justificação teria na sua base a ideia avançada pelo comentário de Mário Silva de que “o legislador estabeleceu uma forte exigência ética na gestão municipal, partindo do princípio de que quem deve ao município não se encontra na melhor posição moral para cobrar os outros as dívidas que eventualmente tenham para com esta instituição” (2. Ed., p. 349). Sem a necessidade de discutir os seus méritos constitucionais, o Tribunal não deixa de registar que tais preocupações do legislador, financeiras e morais, são aplicáveis somente ao candidato a eleições municipais”, reconhecendo-se ainda que o “Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, vinha adotando interpretação restritiva desse dispositivo, nomeadamente permissiva de um adimplemento posterior à apresentação da candidatura”, e que “também já havia sido decidido explicitamente que ao requerente cabe alegar tanto a dívida, quanto a mora do devedor e disso fazer prova, nomeadamente de terem sido cumpridos os procedimentos de cobrança previstos (...)”.

5.2. Por conseguinte, para que essa causa de inelegibilidade que permite a desqualificação de candidatos integrados em listas eleitorais se configure num caso concreto é necessário que o recorrente cumulativamente prove que, a) exista dívida com o Município a cujos órgãos a pessoa se candidata; b) a dívida esteja em mora; c) a cobrança tenha decorrido de acordo com os procedimentos previstos pela lei e tenha sido

interpelado para o fazer; e somente se, no momento em que este Tribunal aprecia e decide o recurso, ela ainda não tenha sido paga (*Acórdão 38/2020, Miguel João Duarte (Mandatários das Listas do MPD às Eleições Municipais de 2020) v. 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, sobre inelegibilidade por existência de dívidas em mora*, Rel: JC Pina Delgado, 5.2).

5.3. É com este quadro em mente que se pode analisar a questão colocada relativa a elegibilidade dos referidos candidatos, que decorre do pedido feito pela recorrente, designadamente a de se saber se os candidatos enumerados por ela têm dívidas em mora com a autarquia local.

6. Em relação à existência da dívida,

6.1. A prova que a recorrente apresenta são documentos que portam a heráldica camarária e com a inscrição República de Cabo Verde e Câmara Municipal da Boa Vista “Extrato de Dívida”; datados de 30 de outubro, contendo uma longa lista de tributos que se encontrariam nos serviços da edilidade para pagamento, assim como uma dívida por falta de pagamento de rendas de um espaço comercial cedido pela Câmara no Polivalente Djidjung, perfazendo um valor total de 626.453\$00 (seiscentos e vinte e seis, quatrocentos e cinquenta e três escudos).

6.1.1. Na resposta assinada pelo Mandatário do MPD, este alegou inutilidade superveniente da lide, porquanto fez acompanhar a sua resposta de declarações negativas de dívida de todos os candidatos visados no recurso do PAICV;

6.1.2 O tipo de documento que foi apresentado não é desconhecido pela jurisdição constitucional, mas não deixa de causar a mesma perplexidade que já se tinha manifestado anteriormente, quando no *Acórdão 14/2016, de 7 de agosto de 2016, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca dos Mosteiros*, Rel: JC Pina Delgado, 6.2.2, já se o tinha chamado de “*prova curiosa*”. E, de facto, é, nomeadamente porque dificilmente pode, com tal natureza, ser chamado de notificação de dívida, nem sequer é uma declaração de dívida; segundo, porque não porta qualquer assinatura de uma autoridade que possa controlar o acesso a informações de contribuintes;

6.1.3. Porém, se se pode admitir que estas existiram, até porque, nos termos expostos, reconhecidas pela maior parte dos candidatos, no momento em que os autos subiram para este Tribunal, elas não mais existiam, uma vez que as obrigações fiscais haviam sido cumpridas pelos candidatos mencionados;

6.1.4. Sucede que, no caso em apreço, a recorrente, apesar de alegar a existência de dívida em mora, não apresenta qualquer prova de que os candidatos visados teriam sido notificados para saldar as referidas dívidas e que até a data da interposição do recurso não o teriam feito.

6.1.5. Assim sendo, apreciando o pedido somente quanto à existência da prova da mora, verifica-se aqui, que como foi dito, a prova é inexistente, precisamente porque, sendo o único elemento de prova os tais “Extrato de dívida”, na medida em que esta apesar de neles constarem os respectivos nomes, não estão acompanhados de qualquer documento que teria sido dirigido a estes contribuintes nos termos da lei, cominando-se prazo para se efetuar o pagamento. Aliás, mesmo que endereçado aos cidadãos alegadamente com dívida pendente, muito dificilmente isso seria possível, considerando que esse documento data de 30 de outubro, dia anterior ao da entrada do recurso no Tribunal de Comarca da Boa Vista;

6.1.6. Tradicionalmente, o conceito de dívida em mora vem da dogmática jurídico- civilística que do ponto de vista legal remete para a ideia exposta pelo artigo 804 (2) do Código Civil de que “o devedor considera-se constituído em mora quando, por causa que lhe seja imputável, a prestação, ainda possível, não foi efetuada no tempo devido”, fixando-se igualmente que “o devedor só fica constituído em mora depois de ter sido judicial ou extrajudicialmente interpelado para cumprir” (art. 805 (1)). Aqui, claro está, não se está perante uma relação entre particulares, mas sim entre o fisco e um cidadão contribuinte, mas isso, longe de aligeirar as garantias processuais subjacentes, adensa-as, precisamente para que ele, por um lado, tenha conhecimento das dívidas cujo prazo já transcorreu e, assim, possa exercer qualquer oposição permitida por lei, seja questionando os valores, seja o prazo de pagamento ou qualquer efeito que possa ser prejudicial aos seus interesses. É o decorre do número 3 do artigo 93 da Lei Fundamental da República quando dispõe que “ninguém é obrigado a pagar impostos que não tenham sido criados nos termos da Constituição ou cuja liquidação ou cobrança se não façam nos termos da

lei”, que reforça nesta esfera o próprio direito à propriedade privada reconhecido pelo artigo 69 pois na medida em que o Estado está autorizado a impor tributos ao cidadão nos termos da Lei Fundamental e assim obter receitas originadas no património das pessoas isso somente pode ser conduzido de acordo com a lei e executada num quadro de respeito por um conjunto de garantias do cidadão-contribuinte;

6.2 No caso concreto, a legislação relevante seria a que regulamente o imposto único sobre o património que no seu dispositivo relevante, dispõe que “1. O serviço de administração fiscal municipal enviará a cada sujeito passivo, até ao fim do mês anterior ao do pagamento, a competente nota de cobrança, com discriminação dos prédios, suas partes susceptíveis de utilização independente, respectivo valor tributável e colecta; 2. No mesmo período, estarão disponíveis, no serviço de administração fiscal municipal, listas contendo os elementos referidos no número anterior, que poderão ser aí consultadas pelos interessados; 3. Caso o contribuinte não receba a nota de mencionada no nº 1, deverá solicitar à repartição municipal de finanças da área da situação dos prédios, uma 2ª via”;

A este respeito, por um lado, um dos argumentos possíveis é que houve comunicação da dívida que constituiria a base da mora dos visados por meio da emissão da “Notificação da dívida” da Câmara Municipal. Mas, este argumento não tem muita base para prosperar, como, de resto, o Tribunal já havia entendido em outro julgamento recente, quando asseverou que “[n]ão há nenhum registo de entrega da ‘Notificação de dívida’ aos sujeitos passivos e sequer, conforme determina a Lei do Imposto Único sobre o Património, a ‘Nota de Cobrança’ a que se refere o artigo 25 (1), conforme o qual “o serviço de administração fiscal municipal enviará a cada sujeito passivo, até ao fim do mês anterior ao do pagamento, a competente nota de cobrança, com discriminação dos prédios, suas partes suscetíveis de utilização independente, respectivo valor tributável e coleta”. 6.2.3. Portanto, sem este elemento não se fez prova de dívida em mora nos termos da lei, até porque mesmo que o documento apresentado seja considerado uma nota de cobrança é de elementar lógica que os devedores tomem dela conhecimento e que tenham o período legal para voluntariamente adimplir as suas obrigações tributárias ou fazer uso das garantias que a Lei lhes confere. Não se apresentando outro documento anterior em que os cidadãos cuja candidatura ora se impugna tenham sido notificados para tanto das alegadas dívidas fiscais, não seria um que transporta data posterior à fixada para a entrega das próprias candidaturas e do qual não consta qualquer registo de receção pelo

interessado que pode produzir esse efeito. Por conseguinte, o Tribunal não pode considerar que se provou que os cidadãos supramencionados estão em situação com dívidas em mora em relação ao Município dos Mosteiros de tal sorte a poderem ser considerados inelegíveis” (*Acórdão 14/2016, de 7 de agosto de 2016, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca dos Mosteiros*, Rel: JC Pina Delgado, para. 6.2.3).

7. Pelo exposto, não se pode dar provimento à alegação de que os candidatos apresentados nas listas de candidatura do MPD para as eleições autárquicas de 1 de dezembro estão em mora com a Autarquia da Boa Vista, nada obstando por isso que concorram aos órgãos da Assembleia e à Câmara deste município, respetivamente.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, acordam negar provimento ao recurso, confirmando a decisão recorrida nos seus precisos termos.

Registe, notifique e publique.

Praia, 05 de novembro de 2024

Os Juízes Conselheiros,

José Pina Delgado (Relator)

(Nos termos da parte final do n.º 1 do artigo 150.º do CPC, aplicável *ex vi* do art.º 50º da Lei do Tribunal Constitucional, não assina o Acórdão por se encontrar ausente)

João Pinto Semedo

Aristides R. Lima

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 05 de novembro de 2024.

O Secretário,

João Borges